

## TERRAS DE USO COMUM NO PLANALTO SERRANO DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO SOBRE A LOCALIDADE DO CAMPO DA DÚVIDA, ATUAL MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1960

Marlon Brandt – Universidade Federal de Santa Catarina  
[marlonbrandt@yahoo.com.br](mailto:marlonbrandt@yahoo.com.br)

Observa-se em Santa Catarina, assim como em outras regiões do Brasil, a existência, hoje e no passado, de terras de uso comum. À exceção da região litorânea, esta temática permanece pouco abordada no Estado. Situação que não se observa em outras regiões de planalto, como no Centro-Sul do Paraná, onde diversos estudos evidenciam a existência de terras de uso comum.

No Planalto Serrano e Oeste Catarinense também é possível encontrar indícios da existência do uso comum da terra. Estas nos são fornecidas pela literatura sobre a região e relatos de antigos moradores. Prática que está associada, em sua maioria, à extração de erva-mate em ervais nativos de terras devolutas. Porém também se encontram outras formas de uso comum da terra em regiões onde a erva-mate era escassa. Uma destas áreas era conhecida como Campo da Dúvida.

Localizado a uma altitude média superior a 1.000 metros, o Campo da Dúvida se insere nos domínios dos planaltos de araucária, apresentando um clima subtropical úmido (BIGARELLA, 1994, p. 116). Durante o período estudado, esta localidade pertencia ao município de Curitibanos, atualmente pertencendo ao município de Fraiburgo, emancipado em 1961 (BURKE, 1994, *passim*).

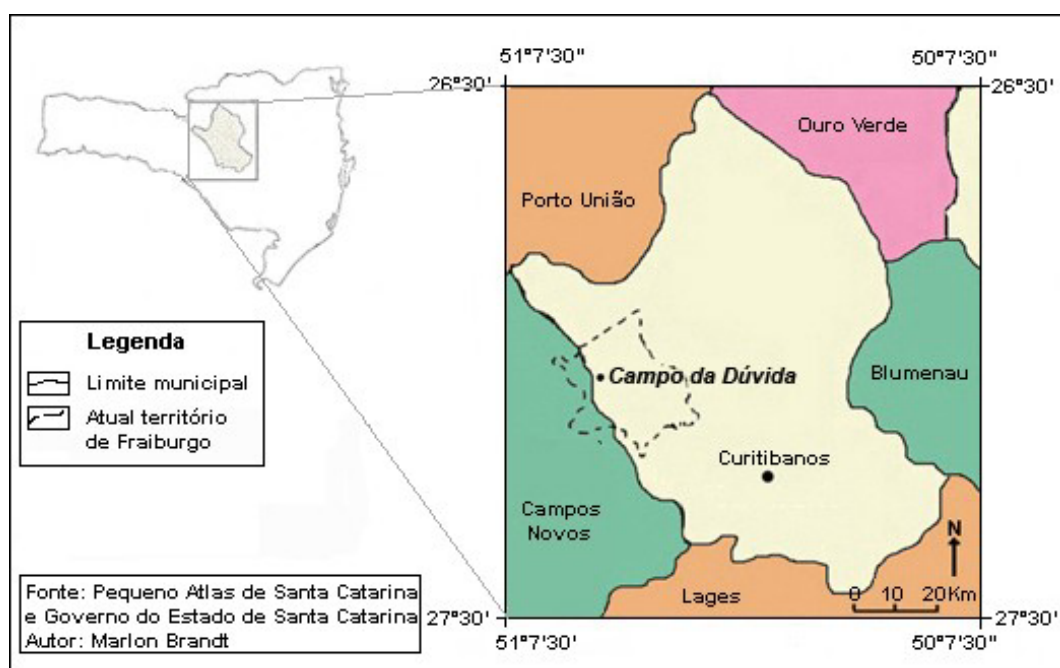


FIGURA 1: Campo da Dúvida – Década de 1930

Existem duas versões sobre a origem deste curioso nome, Campo da Dúvida. A versão popular, difundida por antigos moradores da região, comenta a respeito de duas pessoas encontradas mortas na localidade. Será que foram assassinadas ou um matou ao outro? Pairou uma dúvida entre os moradores, originando daí o nome “Campo da Dúvida” (O Eco, 1963, p. 02). Autores locais dão outra

versão sobre a origem do nome. Thomas Burke comenta que o nome surgiu através da falta de uma definição precisa da divisa entre as fazendas Liberata, da família Andrade, e Butiá Verde da família Burger, acarretando em conflitos e fazendo com que a área, denominada Butiá Verde, se tornasse também conhecida como “Campo da Dúvida” (1994, p. 08). Já para Willy Frey, além da indefinição destes limites, o nome também poderia ter se originado da existência de parte destas terras permanecerem devolutas e da reivindicação de posseiros por pequenas áreas (2005, p. 60).

Muitas das famílias que habitavam a região onde se localizava o Campo da Dúvida se instalaram a partir da segunda metade do século XIX. Em sua composição encontram-se tanto ex-agregados de grandes fazendas existentes mais a leste, nos chamados “campos de Lages” (QUEIROZ, 1981, p. 30; PELUSO Júnior, 1991, p.113), quanto fugitivos e sobreviventes de conflitos como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895) (AURAS, 2001, p. 25). Esta região, que consistia em uma *“fronteira no sentido de ser a vanguarda de um processo específico de apropriação e colonização de terras”* (MACHADO, 2001, p. 19-20), passou a ter seus campos e matas ocupados principalmente por posseiros, que se encontravam nos vales ou áreas próximas dos rios Taquaruçu, dos Patos, Marombas, Correntes, do Peixe entre outros.

Esta população possuía na agricultura e na criação de animais a base de seu sustento. Plantavam principalmente milho e feijão, baseados na rotação de terras, criando também galinhas, porcos, cabras e bois, estes dois últimos em alguns casos. Atividades possíveis, dentro de *“uma fronteira aberta, com terras devolutas e uma baixa densidade demográfica”* (BLOEMER, 2000, p.52-72). Nestas, praticavam aquilo que José de Souza Martins denomina como *“economia do excedente”*, cuja produção era destinada principalmente à subsistência, sendo o excedente utilizado na troca de outro produto (MARTINS, 1975, p. 45-47).

Além do cultivo e criação de pequenos animais, esta população possuía práticas ligadas à exploração em comum de certas áreas. Forma de uso que pode ser vista como uma mistura da herança dos diversos elementos étnicos que compunham aquele cenário: o luso-brasileiro, o africano e o indígena, que miscigenados formaram o conhecido “caboclo”<sup>1</sup>. Práticas as quais destacam-se a extração da erva-mate e a criação de porcos soltos no mato (QUEIROZ, 1981, p. 26-38). Esta última ocorria em várias áreas de planalto, como no Sudoeste do Paraná, sendo *“seguramente uma atividade tão antiga quanto a extração do mate”* (CORRÊA, 1970, p. 92). Tal modo de vida possibilitava ao caboclo *“uma subsistência apenas pouco mais que miserável, entretanto, lhe permitia um certo grau de liberdade para agir segundo sua autodeterminação”* (TOMPOROSKI, 2004, p. 309).

Através de depoimentos de antigos moradores e da literatura que versa sobre a região e a Guerra Sertaneja do Contestado, é possível identificar algumas formas de exploração em comum da terra no Planalto Serrano e na localidade do Campo da Dúvida.

As terras onde ocorriam estas práticas poderiam ser tanto devolutas como particulares, onde, conhecendo ou não quem era o proprietário, este não se importava com tal uso, conforme o depoimento de Miguel Lara Sobrinho: *“naquele tempo eles entravam. Não sabiam quem era o dono... Depois, na fazenda o dono nem morava naquela época”* (2005). Como não existiam divisas entre as

---

<sup>1</sup> De acordo com Silvio Coelho dos Santos, o caboclo tem origem na miscigenação das populações brancas, negras e indígenas que ocupavam a região (2000, p. 18).

propriedades ou posses, a criação dos animais era “*tudo em comum*”, como afirmam Sebastião Pires (2005) e Miguel Lara Sobrinho (2004, 2005). Nas terras, compreendidas por campos, matas e butiazais, percorriam livremente porcos, bois e cabritos. Mesmo a mercê do ataque de cães, alguns moradores também criavam ovelhas soltas. Nas áreas de florestas era possível também caçar e recolher mel silvestre, enquanto nas áreas onde encontrassem butiás, poderiam extrair suas folhas para a produção de crina vegetal.

No caso da criação de porcos soltos, que possivelmente consistia na principal atividade econômica da maioria dos moradores da região, estes circulavam nos pinheirais, campos e butiazais, engordando com pinhões, butiás e outros e frutos que encontrassem caídos ao chão, percorrendo para isso distâncias significativas. Animais de criadores de outras áreas, como a Liberata, distante aproximadamente cinco quilômetros, podiam ser encontrados no Campo da Dúvida e vice-versa. Para diferenciar os porcos, marcas eram realizadas nos animais. De acordo com Sebastião Pires, “*um marcava a orelha, outro era pitoco, outro era assinalado*” (2005).

Não era raro se observar o trânsito de porcos no Campo da Dúvida e áreas próximas, sendo que alguns destes animais foram registrados na interessante imagem a seguir, provavelmente do final da década de 1930, início de 1940, onde dois imigrantes alemães, Matheus Hepp e seu filho Carlos Hepp (no canto direito), alimentam com milho alguns animais que não são de sua propriedade.



**FIGURA 2:** Porcos criados soltos em uma área próxima ao Campo da Dúvida, entre o final da década de 1930, início de 1940.

Fonte: Acervo particular de Carlos Hepp.

Para serem comercializados, os animais eram capturados através de batidas realizadas pelos donos. Sebastião Pires comenta que estas eram realizadas com o auxílio de cães treinados pelos criadores

para a captura do porco “*pela orelha*” (2005). Como os animais circulavam livremente, era comum que os vizinhos comunicassem o criador caso encontrassem algum dos seus animais, facilitando desta forma o arrebanhamento, conforme o depoimento de Sebastião Celso Abraão (2005).

Após a captura, a porcada era conduzida a algum mangureiro. Um destes, situava-se na colônia de Marechal Hindemburgo, distante a aproximadamente cinco quilômetros do Campo da Dúvida, como relata Antônio Pinz: “*eu me lembro que quando ia para a escola em 38, tinha medo de passar pela rua, pela estrada quando passava aquela tropa de porco [...] eles tiravam do mato e deixavam descansar por uma noite, daí tocava a pé*” (2005). Muitos destes animais eram comprados por outros moradores locais, alguns deles colonos, para revenda. Conforme Sebastião Pires, “*compravam da parte mais fraca, a preço de banana*” (2005).

O destino destes animais era variado. As varas, conduzidas a pé, de acordo com Carlos Hepp, “*levavam quatro dias para chegar a Videira*” (2005). “*Tinha muito porco que passava na rua, tocavam para Videira ou para Gramado [...] era tropa*”, comenta Antônio Pinz (2005). Videira, que até 1943, ano de sua emancipação, era conhecida como Perdizes, passou, a partir dos anos seguintes ao conflito do Contestado, pelo processo de colonização, promovida, em sua maioria, por migrantes de origem européia, provenientes do Rio Grande do Sul (CESCO, 2004, p. 99). Neste contexto Videira, da mesma forma que outros nascentes quadros urbanos do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina, possuía pequenas fábricas, algumas produzindo banha e derivados de carne, marcando a inserção da região no processo de mercantilização e especialização produtiva, exportando para os grandes centros consumidores nacionais (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20-21). Empresas que, em seu início, chegaram a impulsionar a criação de animais soltos, questão também percebida no Oeste de Santa Catarina, onde de acordo com Maristela Ferrari, a criação foi intensificada pela instalação de frigoríficos na região e no Sudoeste do Paraná (2003, p. 174-175). Alguns porcos também eram comercializados em áreas próximas, como na serraria René Frey & Irmão, que se instalou em 1937 no Campo da Dúvida. Esta serraria contava com uma pequena vila de operários, um armazém e açougue, também de propriedade da empresa. (FREY, 2005, p. 76).

Observam-se nestas práticas a idéia do uso costumeiro, do “*direito que vem do costume, da tradição, da memória*” (CAMPOS, 2002, p. 128). Nazareno José de Campos comenta que desde o período colonial e imperial existiam legislações a respeito da prática do uso comum da terra, sendo inclusive reconhecidas oficialmente. Possivelmente o uso comum da terra no Campo da Dúvida seja uma persistência de antigas leis ou costumes (2002, p. 128). Costumes que de acordo com E. P. Thompson, “*se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns*” (2002, p. 86). Em 1696, Carter já comentava a respeito do costume da força que este adquire através das gerações. A seu ver:

*um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude da seguinte maneira: quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e à índole das pessoas, elas os usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela freqüente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume, e se praticado sem interrupção desde tempos imemoriais, adquire força de lei (CARTER, 1696 apud THOMPSON, 2002, p. 86).*

Aquelas terras destinadas ao uso comum, apesar de possuírem características associadas a “*terra do povo*”, não consistiam em uma “*terra pertencente ao povo*”, no sentido de se constituírem em áreas de posse ou propriedade coletiva (CAMPOS, 2000, p. 82). Tratam-se de terras abertas, sem divisas onde ocorria o uso comum do espaço por inúmeros produtores individuais, com terras próprias ou não.

Existe uma outra forma de uso comum da terra no planalto meridional, praticada ainda hoje no Estado do Paraná, denominada faxinal ou Sistema Faxinal. Maria Magdalena Nerone alerta para o fato da necessidade de se realizar uma distinção entre estes dois termos, pois faxinal, em muitas regiões, indica um tipo de vegetação (2000, p. 83), comum no Campo da Dúvida e arredores. Já o Sistema Faxinal, de acordo com Cicilian Löwen Sahr e Luiz Gonçalves Cunha, possui como espaços principais o criadouro comum e as terras de plantar. No criadouro comum o uso da terra é coletivo, mas a propriedade sobre a terra continua sendo privada. Ali se encontra o “*gado miúdo (principalmente porcos) e o gado graúdo (cavalos, bois)*”. Também se destaca dentro do criadouro comum a extração da erva-mate”. As terras de plantar se localizam fora do criadouro comum, sendo usadas individualmente. Cultivavam milho, arroz, batata e mandioca, empregando em muitos casos a rotação de terra e a queimada para a limpeza do terreno (2005).

Um aspecto importante para se diferenciar a forma de uso da terra praticada no Campo da Dúvida com o Sistema Faxinal expostos acima, se refere ao fechamento de algumas áreas. No Campo da Dúvida as áreas de criação em comum se encontravam abertas, pouco importando se estas eram devolutas, de posseiros ou proprietários legais, enquanto as plantações, individuais, eram cercadas com tábuas lascadas, conhecidas como rachões. Já no Sistema Faxinal, de acordo com Man Yu Chang, os criadouros comuns que eram fechados. Isso se deve a seu ver a dois aspectos técnicos: “*primeiro, a economia de cercas e segundo, a economia no trato e no acesso às águas pelas criações*” (2005). No Campo da Dúvida e arredores até agora não foram encontrados, através de depoimentos ou fontes escritas, indícios da existência de cercamentos para os animais, “*uma vez que a amplitude das terras o dispensava*” (RENK, 2004, p. 28).

Esta amplitude de terras a que se refere Arlene Renk começava a se reduzir no Campo da Dúvida a partir da década de 1930, sobretudo pela colonização e pela ação de indústrias madeireiras. Dentre estas, duas podem ser destacadas como principais agentes no declínio da prática de uso comum da terra no Campo da Dúvida e áreas próximas: a colônia de Marechal Hindemburgo e a serraria René Frey & Irmão.

Criada no ano de 1931, a colônia de Marechal Hindemburgo, atualmente conhecida como Dez de Novembro, localizava-se a aproximadamente cinco quilômetros do Campo da Dúvida, sendo dividida em três linhas: Flor da Serra, Dez de Novembro e Linha Brasília (BURKE, 1994, p.20-21). Para a ocupação de seus lotes foram trazidos imigrantes provenientes da Alemanha e colonos de antigos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul (BRANDT, 2005).

Estes colonos possuíam diferentes visões “*das coisas do mundo*” (AREND, 2001, p. 31), em relação aos caboclos, expressas na visão da natureza, nas espacialidades e temporalidades, ou seja, “*a partir de múltiplos e variados modos de adaptação ao meio*” (CAMPOS, 1999, p.46). Ao se instalarem na colônia, desmatavam o terreno para o plantio de culturas como o trigo e o milho, cuja produção,

diferente dos antigos moradores da região, não era destinada apenas a subsistência, mas a comercialização, reduzindo desta forma as áreas de florestas e campos onde a criação em comum de porcos e bois era realizada. A Figura 2 serve como exemplo para ilustrar a devastação da mata nativa para a instalação de lavouras.

A serraria René Frey & Irmão, instalou-se no Campo da Dúvida em 1937, explorando uma área de aproximadamente 5.000 hectares, de propriedade do coronel lageano Belizário Ramos, com base em um acordo muito comum na região: o de “*serrar às meias*”<sup>2</sup>. Com o decorrer dos anos, a partir da aquisição das terras devastadas, os Frey passaram também a investir na produção de crina vegetal, na pecuária, no plantio de trigo mecanizado e na fruticultura (FREY, 2005, p. 76-77). Atividades cuja devastação e cercamento das terras impediam uso comum pelos moradores locais.

Na Figura 3 é apresentada uma das máquinas adquiridas pela serraria dos irmãos Frey em 1946 “*que veio a fazer sucesso na região*”. Trata-se de uma motosserra que substituiu o trabalho braçal do corte das árvores (FREY, 2003, p. 18). É possível dizer que a tecnificação da serraria ao longo dos anos, acelerando o ritmo da devastação, colaborou decisivamente para a redução gradativa das matas de araucárias onde ocorriam práticas de uso comum da terra.



**FIGURA 3:** Motosserra da serraria René Frey & Irmão.

Fonte: Museu municipal de Fraiburgo.

A redução dos espaços onde era possível a realização de atividades de criação em comum, aliada à expropriação, em virtude da colonização e das atividades madeireiras, forçou os posseiros a optarem por dois caminhos: buscar novas terras ou se inserir na nova lógica econômica, trabalhando em alguma madeireira, como a serraria René Frey & Irmão, ou em alguma fazenda como assalariado. Nas palavras de Miguel Lara Sobrinho, “*uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. Com a*

---

<sup>2</sup> Neste acordo, realizado entre os proprietários da serraria e o das terras e pinheirais, cada parte ficava com metade da produção.

*derrubada acabou, quem criava porco aqui era nativo, se criava aqui, depois que eles derrubaram tudo e colocaram macieira<sup>3</sup>, [...] uma parte daí ficou nas lavouras, trabalhavam pra fazer alguma coisinha por aí [...]* (2004). Para os pequenos proprietários legais, este processo acarretaria na redução do número de animais e conseqüentemente a sua renda.

O declínio do uso comum da terra na região não deve servir como motivo para que abordagens sobre estas práticas, muitas vezes qualificadas como primitivas ou atrasadas, sejam deixadas de lado. Pelo contrário, romper com *“a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum”* (ALMEIDA, 2004, p. 10), implica também em dar voz àqueles moradores, cujas memórias espaciais são, juntamente com suas práticas sociais, desqualificadas (LITTLE, 1999, p. 13 *apud* RADIN, 2003, p. 34), silenciadas pelas “versões oficiais” que enobrecem o empreendedor e o pioneiro, na maioria de ascendência européia. Estes, como enfatiza Peter Burke *“podem dar-se o luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir como poderia ter sido diferente”* (2000, p. 83), ou seja, *“os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”* (THOMPSON, 1987, p. 13).

Estes antigos costumes e formas de uso da terra hoje não existem mais, são apenas lembranças daqueles antigos moradores, invisibilizados por uma política excludente, que buscava “civilizar” aqueles sertões com o elemento europeu. Relembrem seu passado quase sempre com nostalgia, mas também com apreensão e resignação pelas transformações sociais e espaciais que a região passou nas últimas décadas, relegando o uso comum da terra a pequenos espaços, muitos na área urbana em terrenos públicos ou privados, nos chamados “terrenos baldios” ou em locais conhecidos como “faixas-verde”<sup>4</sup>. Uma frase proferida por Sebastião Pires simboliza bem o sentimento experimentado pela expropriação da sua família e pela desagregação do uso em comum da terra na região: *“tinha bastante porco ali, e hoje não se vê um porco aqui na região [...]. A gente vê aí hoje, não pode ter uma galinha, não pode ter um porco, então a gente se sente um pouco desajeitado, o interesse da gente é criar”* (2005).

## REFERÊNCIAS

## DEPOIMENTOS

---

<sup>3</sup> Jó Klanovicz e Eunice Nodari apontam para a implementação de muitos pomares de maçã em áreas devastadas pela ação de indústrias madeireiras em Fraiburgo, acrescentando que algumas áreas restantes de mata nativa desapareceram para dar lugar a novos pomares (2005, p. 72-74). Possivelmente alguns destes pinheirais remanescentes consistiriam em áreas onde ainda seria possível a prática de algumas atividades de uso comum.

<sup>4</sup> Na década de 1960 foi elaborado um projeto urbanístico para o nascente município de Fraiburgo no qual os terrenos teriam ao fundo uma área de alguns metros, onde seriam plantadas árvores, formando uma espécie de “faixa verde” no interior de cada quadra. Porém a forma de apropriação daquele espaço pela população que residia nos terrenos que davam fundos às “faixas verdes” ocorreu de forma diferente da planejada. Originalmente planejados para dar a idéia de um jardim no interior de cada quadra, acabaram servindo para a criação de galinhas soltas, plantação de milho, hortaliças e árvores frutíferas pelos moradores confrontantes com a área. Nos últimos anos as “faixas verdes” vêm sofrendo com o cercamento e a apropriação individual pelos confrontantes que espicham a cerca ou constroem nestes terrenos.

Antônio Pinz. 78 anos. Depoimento, 25 de abril de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

Carlos Hepp. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

Miguel Lara Sobrinho. 77 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2004, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

\_\_\_\_\_. 77 anos. Depoimento, 26 de abril de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

Sebastião Celso Abraão. 59 anos Depoimento, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

Sebastião Pires. 73 anos. Depoimento, 13 de agosto de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

SANTA CATARINA. Governador em exercício Antônio Pereira da Silva e Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**, em 22 de julho de 1924.

## JORNAIS

**O Eco**. Fraiburgo n. 2, p. 2, 27 julho 1963.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

AREND, Silvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2001.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.

BIGARELLA, João José. **Estrutura e origens das paisagens tropicais e subtropicais**. vol. 1. Florianópolis: Ufsc, 1994.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira**: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BRANDT, Marlon. Memórias de tensões e conflitos entre “alemães” e “caboclos” na colônia de Marechal Hindemburgo durante a Segunda Guerra Mundial. In: MUITAS FACES DE UMA GUERRA: 60 ANOS DO TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O PROCESSO DE



NACIONALIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL. 2005, Florianópolis, **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Udesc, 2005. Disponível em: <http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st2/st2marlon.doc>. Acesso em: 3 setembro 2005.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Thomas J. **Fraiburgo: do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CAMPOS, Cynthia Machado. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In: **Fronteiras: Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 45-71, 1999.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. In: **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002.

CESCO, Suzana. A colonização do alto vale do Rio do Peixe. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10; REUNIÃO NACIONAL DO GT ESTUDOS DE GÊNERO, 3; JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2. 2004, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc p. 98-100, p. 98.

CHANG, Man Yu. **Faxinais do Paraná**. Londrina: Iapar, 1985.

\_\_\_\_\_. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. In: **Publicações da Sócio Economia, texto 118**. IAPAR. Disponível em: <<http://www.celepar.com.br/iapar/ase/118.html>>. Acesso em: 27 agosto 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG)**. 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

FREY, Willy. **Reflorestar é a solução**. Curitiba: Sépia Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lá nos Frai**. Curitiba: Sépia Editora, 2005.

KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli, **Das araucárias às macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997**. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2000.

PELUSO Júnior, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

RADIN, José Carlos. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. In: RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higino; MILANI, Maria Luíza (orgs). **Facetas da colonização italiana**: Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2003.

RENK, Arlene Anélia. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sistema Faxinal: caboclos entre a Idade Média e a Pós-modernidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

SANTOS, Silvio Coelho. A modernidade chega pelo trem. In: SANTOS, Silvio Coelho (org). **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ufsc/FCC Edições, 2000, p. 18.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Serra fita – serra vida: os trabalhadores da Lumber e a classe operária no Planalto Norte de Santa Catarina, 1910-1940. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10; REUNIÃO NACIONAL DO GT ESTUDOS DE GÊNERO, 3; JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2. 2004, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc p. 308-311.